

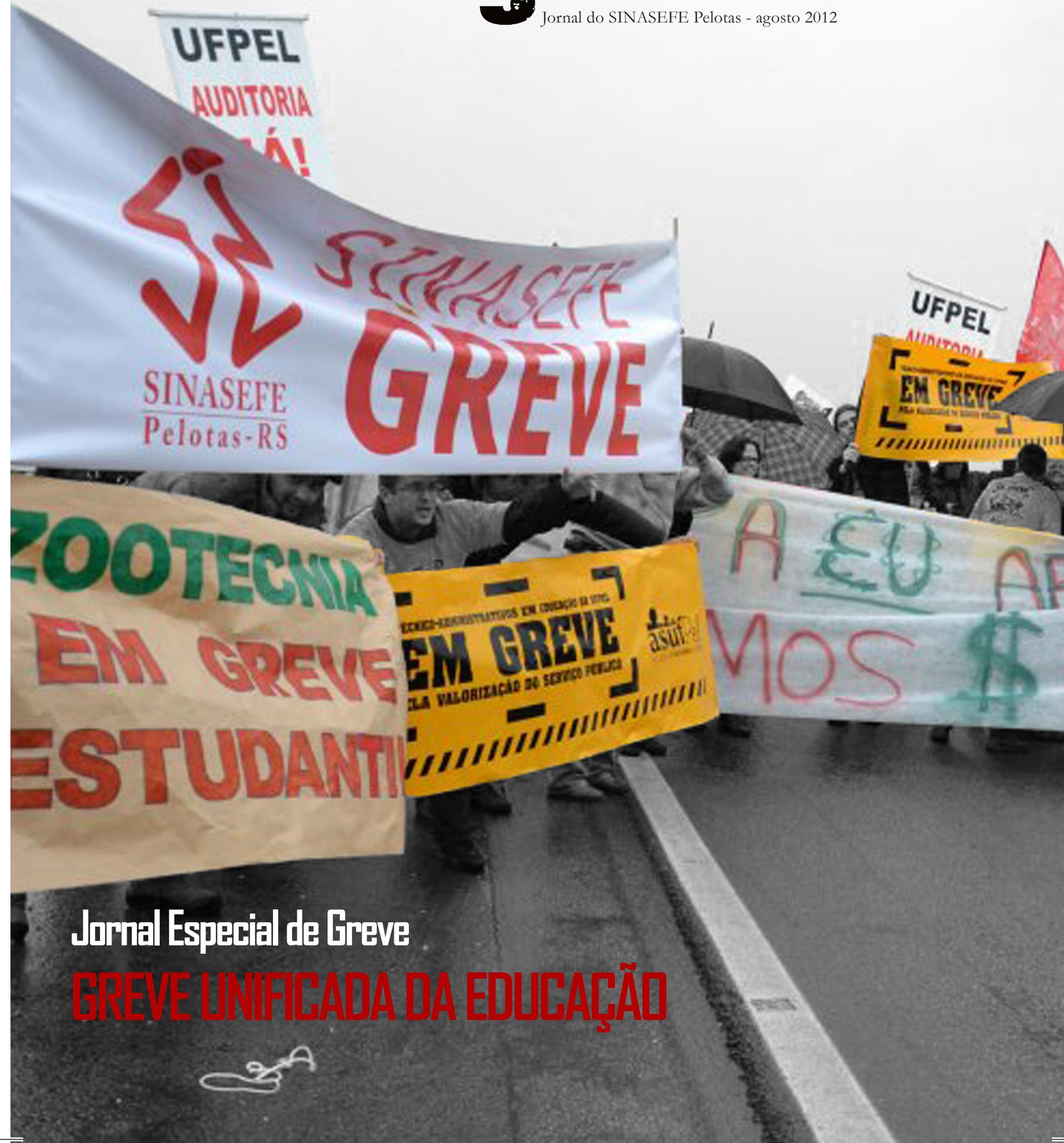


O Megafone

Impresso Especial
9912209415 - DR/RD
SINASEFE
PELOTAS
CORREIOS



Jornal do SINASEFE Pelotas - agosto 2012



Jornal Especial de Greve

GREVE UNIFICADA DA EDUCAÇÃO

Queremos uma proposta digna para todos os trabalhadores

A falta de diálogo com os trabalhadores é uma das marcas que o governo Dilma vai carregar no seu histórico. Além de apresentar uma proposta medíocre para os servidores federais, nesta semana, decretou o corte de ponto dos grevistas, através de uma orientação expedida pelo Secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça.

Segundo dados da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes)

e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), a paralisação atinge 57 das 59 universidades federais, além de 34 dos 38 institutos federais de educação tecnológica.

Por fim, a Coordenação Geral do SINASEFE afirmou categoricamente que, apresentar uma proposta apenas aos docentes não resolverá a situação. Exigimos que se abra um canal de negociação para discutir a situação dos técnicos administrativos e que só

apontaremos para a saída da greve quando as reivindicações dos técnicos forem atendidas.

Essa é a hora de fortalecer a luta dos servidores federais e exigir do governo o atendimento das reivindicações do funcionalismo, avançar na luta contra a precarização da educação em nosso país, o desmonte do serviço público e as mudanças na previdência que só beneficiam os interesses privados e aumentam ainda mais os lucros dos capitalistas em nosso país.

Nossas Lutas

Todos os servidores (docentes e TAEs) poderem concorrer e ocupar os cargos de reitor, pró-reitor e diretor geral dos institutos federais e equivalentes. Representação sindical dos trabalhadores (as) no Consup pelo Sinasefe.

8. Cumprimento da legislação sobre as seguintes questões funcionais: Admissão automática dos títulos do Mercosul.

Auxílio transporte.

Progressão por capacitação por salto para os TAEs.

Progressão docente por titulação.

9. Pela manutenção e ampliação de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos em educação da nossa rede com o estabelecimento de um cronograma de ocupação das vagas previstas no Projeto 2.134/2011.

10. Implantação de um GT, com a participação do MEC, Sinasefe e Conif, para discutir a política de expansão da rede federal de educação básica, profissional e tecnológica.

A greve continua, e as reivindicações dos trabalhadores na educação, Técnicos-administrativo e professores do IF-Sul Pelotas, são baseadas na construção do pleito do que o SINAFESE Nacional segue. as pautas são essas:

Eixos gerais

1. Política salarial para os servidores federais

Reposição emergencial de 22,08% (inflação – IPCA + variação PIB). Data base para primeiro de maio.

Reajuste geral anual da inflação do período.

Isonomia entre os três poderes na política de benefícios.

2. Mudanças na MP 568

Retirada das seções e artigos que reduzam o salário dos médicos e demais servidores atingidos.

Retirada das seções e artigos que modificam a concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

Reajuste dos 4% e a incorporação da gratificação nos vencimentos básicos também para os docen-

tes das IFE Militares e dos ex-territórios (todos os docentes da educação na EBITI).

3. Destinação já de 10% do PIB para a educação pública.

Eixos específicos

4. Reestruturação das carreiras.

Carreira docente: cargo único; piso de R\$ 2.400,00 para 20 horas; 13 padrões, sem diferença de classes; percentuais de titulação já incluídos na tabela salarial (vencimento básico); step constante e linear de 5%, etc.

PCCTAE: piso de R\$ 2.400,00 (mínimo do Dieese); step constante e linear de 5%; racionalização dos cargos já; reestruturação da malha salarial retomando a estrutura inicial do PCCTAE, etc.

5. 30 horas para todos técnicos administrativos em educação (TAEs) da rede federal de ensino.

6. Progressão por capacitação por salto para os TAEs.

7. Democratização das Instituições Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

 **O Megafone**

Jornal Mensal do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) - Seção do Sindicato Pelotas

Rua XV de novembro, 224 - Pelotas / RS

Telefone: (53) 3027 61 00

E-mail: sinasefepel@gmail.com

Produção Textual: **Cooperativa Rede de Comunicação**

Jornalistas responsáveis: **Ediane Oliveira e Roger Peres**

Produção Gráfica: **Taiane Volcan**

Impressão: **Visão Artes Gráficas**

Charge



Zé da Silva



Blog do Sinasefe: <http://sinasefepel.blogspot.com>

Comissão da Verdade é criada em Pelotas

Um povo que quer avançar para o futuro precisa e deve saber da sua história, mesmo que esta, esteja com um atraso de quase 30 anos

A ditadura civil-militar deixou muitas heranças negativas na cultura brasileira, no modo de ser e de agir, mas sem dúvida, o autoritarismo é marca mais visível que podemos perceber ainda nos dias de hoje, a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e o medo continuam sendo praxe nos aparelhos repressivos do estado.

Para tentar um “acerto de contas” desse passado bem recente na história brasileira, e com grande atraso em relação aos países de América-latina, foi criada Comissão da Verdade e Memória, para romper com pacto de impunidade estabelecido no Brasil no período ditatorial brasileiro (1964-1985).

Histórico da criação da Comissão da Verdade e Memória

A criação da Comissão foi proposta no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2009. O texto diz que a comissão busca trazer à tona a “verdade histórica” sobre o período militar e “promover a reconciliação nacional”.

Desde que foi proposto, o texto foi alterado em vários pontos, principalmente para atender aos militares, que temiam uma revisão da Lei da



Anistia. Sancionada em 1979, durante a redemocratização, a lei impede a responsabilização penal por crimes políticos perpetrados durante a ditadura militar (1964-1985). Os militares ainda exigiam que a comissão tratasse de organizações de esquerda que aderiram à luta armada. No momento a Comissão Nacional da Verdade está homologada e constituída para começar as apurações dos mortos e desaparecidos políticos, no entanto, averiguar e punir os crimes da ditadura é essencial para a afirmação de uma cultura democrática e de respeito aos direitos humanos em nosso país.



Comitê de Pelotas e Região

No último dia 5 de Julho, foi lançado o Comitê Memória Verdade em Pelotas, na sede da ASUFPEL, com a participação de muitas entidades. O Comitê terá como objetivo resgatar a memória política e histórica na cidade e na região e subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada no final de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff através da lei 12.528/2011.

A atividade foi marcada por uma mesa-redonda sobre a Comissão Nacional da Verdade, com a participação de representantes do Comitê Christine Rondon (Porto Alegre), representantes do Comitê Santamariense pelo Direito à Memória e à Verdade e Prof. Dr. Juarez Fuão (FURG), uma exibição do documentário Vala Comum (1994), dirigido por João Godoy, além de depoimentos de quem participou e sofreu com o trágico período.

Fotos: Carlos Alves - Maria Bonita Comunicação

Servidores federais vão às ruas em manifestação

A greve tomou conta das ruas novamente na tarde do dia 31 de Julho, no Largo Edmar Fetter, em Pelotas. Centenas de servidores federais empunharam cartazes reivindicando, fundamentalmente, por melhores condições de trabalho. A mobilização ainda se transformou em marcha, que percorreu o centro da cidade e foi até a avenida Bento Gonçalves.

Na avaliação do diretor do Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul (Sindiserf), José Martins, pelo menos seis instituições estavam representadas na manifestação: a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Instituto Federal Sul-Rio-grandense (IF-Sul) e as universidades federais de Pelotas, Rio Grande e Bagé (UFPel, Furg e Unipampa). Além destas, outras quatro estavam sendo aguardadas: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e os técnicos-administrativos do Ministério de Minas e Energia e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Os servidores de todas estas instituições estão totalmente ou parcialmente paralisados. O pleito é basicamente por melhorias no serviço público, como no atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, mais aumento de salário retroativo à inflação desde 2010 (cerca de 20%) e paridade entre os funcionários ativos, aposentados e pensionistas.



Sinasefe, Andes e estudantes fazem manifestação na porta do MEC

Indignados com a intransigência do governo, que insiste em não reabrir as negociações com os docentes das instituições federais de ensino, integrantes dos comandos nacionais de greve do Sinasefe, Andes e estudantes se reuniram na manhã de hoje para uma manifestação em frente às duas entradas de acesso ao Ministério da Educação.

Com bandeiras, faixas e cartazes, os manifestantes, vestidos de palhaços, exigiram que as negociações fossem retomadas e cobraram do governo uma postura de valorização da educação pública,

gratuita e de qualidade.

O protesto teve como objetivo cobrar dos dirigentes do MEC o agendamento de audiência solicitada na semana passada para dialogar sobre a questão dos docentes. Em sua chegada ao ministério, Aloízio Mercadante apenas acenou para os manifestantes, sem conversar com nenhum dos representantes das entidades. Por telefone, a assessora do gabinete do ministro informou que não

há previsão de agendamento da audiência solicitada.

Comando Nacional de Greve



Dilma Rousseff segue fiel a catilha de FHC

Servidores em Greve de vários setores da administração federal se concentraram em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para pressionar o governo a negociar com mais de 36 categorias paralisadas em todo o País. Os trabalhadores instalaram a partir de hoje na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, um “acampamento de greve”, cuja tarefa é manter-se em permanente vigília até sexta-feira (17). O Sinasefe faz parte do comando unificado de Greve que reúne 80% do funcionalismo público em greve. Este comando avaliou que aproximadamente 10 mil pessoas participarão da marcha nesta quarta-feira.

Por toda a semana, as categorias organizarão atos em frente a ministérios. As iniciativas são uma preparação para os encontros prometidos pelo governo federal - hoje, a partir das 17 horas a comissão de negociação do governo receberá mais uma vez o Sinasefe e a Fasubra e até sexta-feira eles se dispõem a receber representantes de todas as categorias em luta. Entre as principais reivindicações dos servidores estão à reestruturação de carreiras e a realização de concursos públicos. Na manhã de hoje, a mesa negociadora recebeu as representações dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Entre os prédios da Esplanada, muitos servidores aguardavam o desfecho das negociações com apitação, muito barulho e manifestações.

A Presidenta Dilma foi aconselhada pelo ex-presidente FHC a endurecer com os grevistas, para que ela continue aplicando o receituário do FMI. “A presidente Dilma está num momento de dificuldade financeira e fiscal e muita pressão dos funcionários que se habituaram no governo Lula, que tinham mais folga (orçamentária), a receber aumentos”. Ele disse que defende a postura de Dilma Rousseff em manter resistência às reivindicações dos servidores federais em greve.



Para não fugir do estilo da Presidenta da República, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adiou para a próxima sexta-feira (17) a apresentação de uma contraproposta à reivindicação da Condsef ao pedido de equiparação de salários.

Os trabalhadores pedem a equiparação de carreiras para repor perdas salariais e melhorar as condições de trabalho de cerca de 500 mil servidores de nível superior, de 18 setores, enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), aos planos de carreiras contemplados pela Lei 12.277 – que trata dos rendimentos de funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), das Forças Armadas, do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes/SN) também esteve presente na manifestação, para cobrar do governo a reabertura da mesa de negociações dos docentes, que foi encerrada pelo governo mediante assinatura de acordo com uma entidade que representa menos de 5% dos docentes do país.

Imprensa tenta culpar servidores pela crise da dívida dos estados

Denúncia do site <http://www.auditoriacidada.org.br>, o Jornal Estado de São Paulo veiculou notícia onde procura culpar os servidores pelo endividamento dos entes federados. Porém, a notícia omite que de 1999 a 2011 a dívida dos estados com a União cresceu de R\$ 121 bi para R\$ 369 bi, apesar dos estados terem pago R\$ 157 bilhões de 2000 a 2011. Ou seja, apesar do enorme pagamento feito pelos estados, a dívida continua gigantesca, principalmente devido às altíssimas taxas de juros nominais, compostas pelo índice IGP-DI mais 6% a 7,5% ao ano. Em 2010, tal taxa chegou a cerca de 20% ao ano.

A dívida dos estados cresce devido aos juros absurdos, e não devido ao funcionalismo, até porque os recentes empréstimos não têm servido para pagar o funcionalismo, mas para investimentos, como no caso dos financiamentos do BNDES.

Uma greve unida: Ato Histórico fortalece categorias da educação

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) juntamente com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) promoveram no dia 20 de Junho um Ato Unificado dos comandos nacionais de greve da área de Educação, na Câmara dos Deputados.

Um momento histórico, sem dúvida: representantes das três entidades reafirmaram seus compromissos com a sociedade e com a valorização da Educação. “Desejamos melhor valorização para os profissionais da área, porque acreditamos que é por meio da educação que construímos um país melhor e mais justo”, declararam. Os deputados Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) e Érica Kokay (PT/DF) participaram do ato e apoiaram as categorias em seus discursos.

Um “Manifesto à População” foi lançado durante a solenidade através do SINASEFE, FASUBRA e outras entidades. O documento explica os motivos que levaram as categorias à greve. “Faltam salas de aula, laboratórios, restaurantes estudantis, bibliotecas, banheiros, saneamento básico e em alguns lugares até papel higiênico. Ninguém deveria ser submetido a trabalhar, ensinar e aprender num ambiente assim”.

Ainda no evento, foi estabelecido que os três comandos nacionais de greve trabalharão em sincronia para fortalecer e dar o devido volume ao movimento. é desvalorizada e desrespeitada.



Foto: Assessoria FASUBRA

As três categorias fortaleceram suas buscas por melhorias na educação do País.

Plena Nacional do SINASEFE delibera: A greve continua!

Em plena realizada no dia 28 de julho, o SINASEFE reafirma sua disposição para continuar a greve caso o governo não apresente proposta para técnico-administrativos em educação e não melhore a dos docentes.

O evento deliberativo contou com a participação de 39 seções, 61 delegados e 25 observadores. No início das intervenções da plenária, ainda no dia 27/07, ficou evidente a disposição do movimento grevista de continuar as mobilizações para exigir do governo a apresentação de uma proposta que contemple as reivindicações dos técnico-administrativos e docentes. Não aceitando qualquer retrocesso nas atuais conquistas da categoria.

A grande maioria das assembleias de base representadas pelos delegados e observadores presentes informaram já ter discutido com suas bases que, categoricamente, deliberaram por dizer NÃO a mais essa proposta do governo, em razão de até o momento o governo sequer ter apresentado uma proposta para os técnico-administrativos e não contemplar as propostas de carreira dos docentes, não garantir ganhos reais para todos e ainda insistir em atacar direitos garantidos na atual estrutura da carreira, como por exemplo, o direito de todos chegarem ao topo da carreira.

Os delegados e observadores presentes na plena reafirmaram que o SINASEFE continuará defendendo os interesses dos docentes da EBTT na mesa de negociação com o governo, mas nenhum acordo será assinado pela nossa entidade, nem acabaremos nosso movimento grevista sem que os técnico-administrativos tenham as reivindicações atendidas. Nossa disposição de negociar um acordo com o governo não se dá apenas no âmbito dos interesses dos docentes.

Na manhã do dia 28/07, após calorosa discussão, aprovou-se o encaminhamento às bases de eixos norteadores para construção de uma contra-proposta a ser debatida na 112ª Plena e posteriormente apresentada ao governo. Esses mesmos eixos nortearão nossa intervenção na mesa de negociação com o governo no dia 01/08. Os eixos, a saber, são:

- 1- Exigir uma proposta para os técnico-administrativos em educação, como pré-requisito básico para a consolidação de um acordo;
- 2- Solicitar aumento do montante da



proposta do governo para apresentarmos contra-proposta da tabela salarial;

3- Exigir que as atuais conquistas da categoria sejam preservadas, tais como:

a- Progressão com 18 meses de interstício entre níveis de cada classe;

b- Não ter requisito de titulação para chegar ao topo da carreira;

c- Retirada do vínculo do estágio probatório para a aceleração da progressão;

d- Não ao escalonamento em três anos para o reajuste de vencimento básico EBTT: parcela única até março de 2013;

4- Contra a certificação de conhecimento tecnológico.

Além dos eixos norteadores para a construção de uma contra-proposta, foi aprovado também:

ü Que a construção dessa proposta seja feita em conjunto com a ANDES;

ü Fortalecer comunicação com a FASUBRA e construir ações que pressionem uma resposta do governo a convocar uma mesa negocial com proposta para os técnico-administrativos;

ü Incluir termo de opção na carreira de professor de 1º e 2º grau que ainda se en-

contram lotados na rede de ensino federal para a carreira EBTT, assim como para os técnico-administrativos das escolas militares para o PCCTAE;

ü Rodada de assembleias que apontem uma discussão na base para a construção de uma contra-proposta a ser apresentada ao governo. As decisões das assembleias deverão ser apresentadas na 112ª Plenária;

ü Que mesmo com um possível acordo para a mesa de docentes, este não será assinado por nossa entidade, nem acabaremos com o movimento grevista sem que os técnico-administrativos tenham as reivindicações atendidas;

ü Orientação aos Comandos Estaduais para não permitir atividades na rede federal de ensino, tais como: PRONATEC, Ensino à Distância e Processo Seletivo;

ü Por fim, foi aprovado que a 112ª Plenária Nacional ocorrerá nos dias 07 e 08 de agosto de 2012.

A GREVE CONTINUA, DILMA A CULPA É SUA!

COMANDO NACIONAL DE GREVE

Mobilizações e fortalecimentos da greve

O SINASEFE fez visitas às cidades de Charqueadas, Camaquã e Bagé para construir e fortalecer o movimento grevista para fortalecer a sessão sindical.

A coordenação de políticas educacionais pretende organizar, após a greve, um Seminário com questões internas para discutir as demandas dos IFs, fortalecendo o movimento e as principais reivindicações.

